GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS

A FUNDAÇÃO DE BELÉM

ABEN ATHAR NETTO

A FUNDAÇÃO DE BELÉM

apresentação
de
ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

Manaus — Amazonas
1966

AmM
0576

índice

APRESENTAÇÃO 5

O FUNDADOR DO PARÁ 7

Origem de Francisco Caldeira de Castelo Branco 11

Fim de Caldeira de Castelo Branco 19

O PARÁ NA HISTÓRIA 23

O Desastre de Japerica 24

Fundação de Belém 26

O Gran Pará e a Linha de Tordesilhas 28

A Conquista da Terra Brasileira 29

Invasões Estrangeiras 31

apresentação

BELÉM completa, a 12 de janeiro, 350 anos. Na vida brasileira, é uma existência, cujas raízes têm um sentido heróico. Sim, porque começou como fruto de emprêsa militar e se realizou comandando a aventura do desbravamento e da conquista da Amazônia.

A plaquêta que historia êsses primeiros tempos foi escrita por um paraense, Aben Athar Netto, cuja ação espiritual já superou a limitação regional. Nome limpo, cheio de grandeza, escreveu estas páginas com amor filial, tentando o perfil do fundador de sua cidade e de seu papel na parte dramática da epopéia amazônica.

O Govêrno do Amazonas, levando a sua participação às comemorações do episódio, numa homenagem que reflete a sua compreensão da função de Belém no complexo do extremo norte, decidiu, por isso, fazer a presente edição, insisto, que serve à intenção positiva de justa homenagem ao povo paraense.

MANAUS, janeiro de 1966.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

O FUNDADOR DO PARÁ

GLÓRIA E MISÉRIA DE FRANCISCO ROSO CALDEIRA DE CASTELO, O FUNDADOR DE FELIZ LUSITÂNIA, A CIDADE DE N. S. DE BELÉM

COM a fundação do Pará, ganhava a história do Brasil o complemento último de sua atual unidade. Integrava-se daquele momento em diante, ao acêrvo da descoberta de Cabral, a região que os indígenas na sua maravilhosa percepção das cousas da natureza, chamavam entre admirados e convictos : **gran-pará.** Sim. Ali positivamente morava o pai das águas; ali era o reino da fôrça turbilhonante que devastava e construía, a geografia em que viviam cada sol e cada lua. Com a mesma percepção das cousas que o cercavam, **gran pará** não podia só isto significar.

A êles, não era estranho que a água ali era o segrêdo magno da natureza. E talvez tivessem seus homens iluminados ou tôda a tribo mesmo, ante o panorama infindo de uma região em que a água era o elemento que lhe dava a vida, a mesma intuição que fizera um dia o padre Christobal d'Acuña, dizer: "O Amazonas para exceder em bemaventurança o Ganges, o Eufrates e o Nilo, só lhe falta que a sua nascente se achasse no Paraíso".

A Feliz Lusitânia, cidade que Francisco Roso Caldeira de Castelo Branco, fundou sob a proteção de N. S. das

Graças e denominou N. S. de Belém, foi revelada aos olhos da história luso pátria, em dia cuja precisão foi até hoje impossível conseguir. Já escrevemos antes, que Belém, o Pará pode-se dizer, é uma terra cuja história de um século, desde sua fundação, só graças à documentação correlata ao fato pode ser reconstituída. Ao desastre de Japerica, a baía que em seu bojo recebeu a matalotagem em que se guardava o arquivo da cidade cujo destino prendia-se ao da cidade de S. Luís do Maranhão, deve-se tal. Assim é possível que figurasse nessa documentação perdida alguma cousa que deixasse claro e de modo insofismável o dia da fundação de Belém. Aceitemos entanto como prototésica na expressão de Ostwald, o dia 11 ou 12 de janeiro de 1616, data da fundação da capital do Pará. Com efeito, refere-se Capistrano de Abreu, concatenando fatos: "Apesar de tudo, a viagem correu rápida, durou apenas dezoito dias, como se lê em carta de Lisboa de 4 de setembro, a D. Luiz de Souza, escrita pelo arcebispo Vice-rei. Chegou portanto, Francisco Caldeira a seu destino em 11 ou 12 de janeiro de 1616".

Palma Muniz, geógrafo e historiador paraense, confirma Capistrano quando escreve: "O regimento foi dado por Alexandre de Moura à Caldeira no forte de S. Felipe, a 22 de dezembro de 1615; pelo que Manoel Barata (outro historiador paraense) conclui pela saída de Maranhão, rumo ao Pará, de Caldeira, em 25 de dezembro, e chegada em janeiro de 1615, escudado em Andrés Pereira cuja relação diz: "partimos para essa jornada dia de Natal passado em que se deu princípio esta era de 1616, correndo sempre a costa dando fundo tôdas as noites".

Recordando o dia da partida do Maranhão, Caldeira chama Presépio o forte que de início constrói na terra que chamou Feliz Lusitânia. A denominação tal, durante muito tempo preocupou a atenção dos historiadores, muitos dos quais julgando a descoberta do Pará realizada pela época

do Natal de 1615. Só depois da descoberta da relação de Andrés Pereira, é que se verificou de modo inconteste, mais a precitada carta do Arcebispo Vice-rei, que o dia de Natal deveria ter sido a data de início da expedição que faria afortunado e desgraçado na História brasileira, o nome do capitão valoroso e conquistador.

Francisco Roso Caldeira de Castelo Branco, é um dêsses tipos inconfundíveis de devassador, conquistador e civilizador que crescem na história de Portugal, como que rebentos de uma só família, de um só sangue, de uma só aspiração.

Conquistadores natos, impulsados talvez pela aventura e pela ânsia de conquista, mas o que não tira, realça antes, o mérito formidável de homens que obedecem ao sentido imenso de realizadores de um determinado momento histórico cuja tradução seria: levar além mais a civilização.

Se a Escola de Sagres criou os capitães dos mares, oportunizou também que legítimos decorrentes seus, se criasse êsse tipo ainda indevidamente estudado em nossa história que é o capitão de terra, o capitão-mór, o caçador de índios, e regedor da lei, o defensor sobretudo da soberania de conquista realizada a mando dos reis portuguêses. Caldeira veio para o Brasil, possìvelmente, falar nesse capitão, em Pernambuco, destacado que fôra para lá num dêsses anos. Rebento de uma família nobre, oriunda de Espanha, mas português, iniludìvelmente; nobre e pobre. Daí fazer-se às armas para preservar com dignidade os títulos que possuía. A vida de Caldeira está vinculada à de Alexandre de Moura, Governador-Geral de Armada e Conquista, de quem foi, como Jerônimo de Albuquerque, um dos mais brilhantes, bravos e dignos comandados.

Coincidindo com os planos de conquista de várias potência estrangeiras e inimigas de Espanha, responde-lhes o

govêrno de Castela e Portugal com o voltar de vistas para o extremo norte brasileiro. "A insistência de reclamações e as últimas notícias da ocupação das terras do Maranhão pelos franceses, removeram, finalmente a indiferença do Gabinete Real de Madri, que resolveu em 1612, baixar instruções para que fôsse Gaspar de Souza, Governador do Brasil, fixar residência em Pernambuco, e daí dar ordens a lançar contra os franceses do Maranhão e a povoá-lo e fortificar, pois era de sua conquista pela corôa de Portugal", escreve H. Santa Rosa, historiador paraense. A Jerônimo de Albuquerque caberia a conquista do Maranhão; à Caldeira, a do Pará. Ambas conquistas dignas de um capitão que merecia de Alexandre de Moura, o que escrevera êste sôbre Caldeira : **"que elegia Francisco Caldeira de Castelo Branco, por capitão da dita jornada, por confiar dêle faria o serviço del Rei como era necessário".** (Relatório de Alexandre de Moura).

Origem de Francisco Caldeira de Castelo Branco

Somos dos que julgam da nobreza de um homem pelo que êle representa nos dioramas ou no panorama de sua existência. No entanto, por uma concessão natural a biografia do fundador do Pará, e ao espírito perquiridor da época, vejamos a origem dêste Castelo Branco. Pertencia êle a família do Conde Pombeiro, o primeiro Castelo Branco enobrecido pelos favores reais da côrte portuguêsa ? Não o podemos afirmar. Mas também não podemos esconder uma forte soma de circunstâncias que dão ao fundador do Pará, um parentesco certo com esta família de nobres portuguêses. Há em nossos fastos genealógicos, um livro interessante do sr. Raul Fausto Castelo Branco Barreto, que ciosamente trata de reconstituir a genealogia dos Castelo Branco, com todos os títulos e subtítulos, em Portugal e no Brasil. No entanto nem um dos que pertencem à essa reconstituição oferecem, em qualquer plano, perspectiva histórica maior ou siquer comparável à nosso fundador, sem dúvida uma das mais imponentes figuras de ação civilizadora portuguêsa, cuja vida e cuja psicologia, nos revelam na pobreza de material que dispomos para lhe traçarmos a efígie histórica, um dêsses homens para os quais se criou o epíteto de históricos. Não alude o Sr. Raul Fausto Castelo Branco Barreto se êsse Castelo Branco fundador do Pará, pertence à genealogia de seus ancestrais.

O fato que nos impressiona, é não verificar o reconstituidor patrício, se pelos menos não pertenceria à sua gens aquêle que foi o maior dos Castelo Branco na história da família. Lutou com a mesma carestia de meios para isso, que nos, é fato. De nossas verificações, já oferecemos inicialmente conclusões. A profissão de Francisco Caldeira, era honrosa a mais não ser, e perfeitamente de um nobre; o Sr. Raul Fausto, dando como origem da família Castelo Branco no Brasil, a D. Francisco da Cunha Castelo Branco, nem siquer aludiu à semelhança de destino entre êsse Castelo Branco e o fundador do Pará. Realmente, D. Francisco da Cunha Castelo Branco, veio para o Brasil em 1693; vinha servir na guarnição de Pernambuco, **"onde teve ordem, mais tarde, de se passar ao Maranhão, em defesa de seus habitantes, vítimas por aquela ocasião de amiudadas extorsões por parte dos holandêses".**

Já era êste D. Francisco, nobre por carta passada em 6 de abril de 1668, em que seu irmão D. Pedro passava a ser o 1.º Conde de Pombeiro. Ora, há setenta e sete anos atrás, um idêntico D. Francisco Caldeira de Castelo Branco, atravessava os mares, rumo à Pernambuco, donde partiria para no Maranhão combater intrusos e realizar a grande façanha de sua vida : fundar a capital do Norte extremo brasileiro. Que parentesco liga êsses dois homens ? Por outro lado : quem foi o pai de D. Francisco da Cunha de Castelo Branco ? Mas voltemos atrás. Diz-nos o sr. Raul Fausto, que D. Francisco da Cunha veio servir no Brasil contra os holandêses, aqui chegado em 1693, isto baseando-se numa justificativa feita pelo neto de D. Francisco da Cunha em 1765. Há engano evidente. Ou fraude histórica patente. O tratado que pôs têrmo às incursões holandêsas no Brasil, firmou-se em Haia, a 16 de agôsto de 1661.

Que holandêses veio D. Francisco da Cunha combater no Brasil ? Há êrro do seu neto, o que é possível, duplo êrro na aceitação que faz o Sr. Raul Fausto, repetindo sem mais

nem menos tal afirmação. Consultando-se D. Antônio Caetano de Souza, lemos : **"O primeiro que teve êste apelido (de Castello Branco) foi Vasco Paes de Castelo Branco, em que o reinado de El-rei Afonso IV, a quem alguns genealógicos de boa nota fazem filho de Payo Soares de Paiva, Senhor da Honra de Sobrado, filho de Sueiro Eannes de Paiva, de quem trata o Conde D. Pedro no título 40.º, que já lograva uma antiga varonia, o qual largando o apelido de seu pai, tomara o de Castelo Branco, onde residia, pelos notáveis feitos de armas, que ali fêz na guerra. El-rei D. Pedro primeiro lhe deu a Alcaidaria-mór de Monsanto no ano de 1377".**

Existe parentesco entre os dois Castelo Branco, o de 1616 e o de 1693 ? Somos propensos a acreditar que sim. O fundador do Pará pertence à família que o geneálogo recém-citado, trata, e é proveniente do mesmo local português. Bastardo ? E' possível. Mas estudemos seu nome. Consultando o arquivo nobiliárquico português deparamos que "Os Caldeira são bons **"fidalgos e antigos".** Encontramos ainda **"que antes da batalha de Aljubarrota, já existia êste apelido de Caldeira**". Quanto à Castelo Branco vemos que é família conhecida desde o reinado de D. Diniz, e que foi o apelido tomado por serem os primeiros naturais e residentes em Castelo Branco. Decompondo, vemos Castelo, ser família de Castela, donde passou a Portugal. Comparando no tempo, pode-se ainda buscar o apelido Castilho, de Costillo, que é família nobre das Astúrias, tendo passado a Portugal desde o tempo de el-rei D. João III. E concluindo, o fundador do Pará pertence à família portuguêsa, e é de Castelo Branco, sendo assim enobrecido nos seus dois nomes Caldeira e Castelo Branco. Mais, é impossível precisar.

Da vida de Francisco Caldeira, sabemos que chegou ao Brasil, conheceu a campanha contra os holandêses em Pernambuco, foi destacado para o Maranhão, segue para o Pará, funda-o, inicia sua civilização, e mercê de um

acidente político, cai em desgraça de seus companheiros. É' enviado prêso para Lisboa onde desaparece. Nada mais nos dizem daquele que foi o fundador do Pará, os historiadores.

Estudemos na sua vida, na sua paixão, na sua glória, o fundador do Pará.

Chegara Caldeira ao Maranhão, provindo de Pernambuco, em junho de 1615. Alexandre de Moura, Governador-Geral da Armada e Conquista, nem mal dá por finda sua missão de reconquista do Maranhão português, exigindo de La Ravardière, a capitulação de 3 de novembro de 1615, aprisionando-o e enviando-o prêso para Lisboa, onde curtiria três anos de prisão, dá-se o trabalho de compor o Regimento que confiaria ao "Descobridor e Primeiro Conquistador do Amazonas", Francisco Caldeira de Castelo Branco. Seria êste Capitão o possuidor do honroso título. Recebe-o das mãos de Alexandre de Moura, em 22 de dezembro dêsse mesmo ano, juntamente com o regimento composto para dirigir seus passos. Com 150 homens, três companhias, sob o comando dos Capitães Pedro de Freitas, Álvaro Neto, Antônio da Fonseca e Andrés Pereira, com um patacho, um caravelão e uma lancha grande, tendo por pilôto-mór, Antônio Vicente Cochado, parte Caldeira para sua glória.

Leva consigo entre outros oficiais superiores, o que seria mais tarde, — o bandeirante do Amazonas: Pedro Teixeira. Para ajudá-lo no fazer contato com os índios, vai o francês Charles de Vaux. Um tabelião : Frutuoso Lopes e um auditor e engenheiro Francisco Frias de Mesquita. A viagem se fêz de acôrdo com as instruções. Capistrano escreve : **"O pilôto Antônio Vicente Cochado, foi correndo a costa tomando as conhecenças da terra, sondando sempre, e fazendo roteiro. Tôdas as noites dava fundo. Apesar de tudo, a viagem correu rápida, durou apenas dezoito dias, como se lê na carta de Lisboa de 4 de setembro, de D. Luiz de Souza, escrita pelo Arcebispo Vice-Rei. Chegou, portanto**

Caldeira a seu destino em 11 ou 12 de janeiro de 1616". Admitimos já como certa esta data. Francisco Caldeira era religioso e patriota, místico e como todo homem de aventura, grato aos favores da sorte que lhe eram dados como favores celestes. Sai do Maranhão no dia de Natal, é quase certa presunção. E quando defronta o panorama onde erguia o nódulo da civilização no Pará, aquela majestosa baía tôda franjada pela viração que corre eriçando as águas barrentas, vem-lhe à mente agradecida e ao coração cheio a idéia da Pátria.

Pátria longínqua. Entra "pelo primeiro braço que aquêle rio faz, e navegando por trinta léguas, escolheu um sítio forte por natureza (onde edificou uma fortaleza) com enseada de fundo bastante para navios de grande porte, e o canal muito limpo para poderem entrar e surgir debaixo da Artilharia". E' o que já notamos. Caldeira elege o local que lhe parecia o mais azado para uma provável e futura ofensiva ou defensiva. Ficava a cavaleiro da bacia amazônica e guarnecendo o ponto donde deveria irradiar tôda a ação futura de conquista permanente dos arredores.

E' o que observa Southey, inspirado em Beauchamp (apud Theodoro Braga) que Belém fica em lugar tão seguro, que não obstante novas fortificações que se lhe dêm, nem uma sobrepuja a que de natural possui : a dificuldade da barra, sua transposição que exige seis léguas para seu vencimento.

Feliz Lusitânia, diz à nova terra. Desce. E a idéia mística que lhe agita na alma o catolicismo, dêle se apodera. Funda o forte, obra momentânea. E chama-o, Presépio.

Volta-se para seus santos. Uma viagem bem do português : N. S. das Graças a protetora da cidade. E denomina esta que nascia, N. S. de Belém.

Os primeiros dias de Caldeira, a impressão do local e do futuro teria a nova conquista, relatam-nos as palavras

do Arcebispo de Lisboa ao Governador Gaspar de Souza, de 6 de setembro de 1616, informado por Caldeira que com êle se correspondia, o que põe em claro a origem culta e elevada dêste Castelo Branco.

"E que é sadia de muitos bons ares, conclui com dizer que todo o Estado do Brasil não é nada em comparação dêste, e que tem feito pazes com o gentio e trazido algumas aldeias para junto da fortaleza, que trata de fazer pazes com todos os mais". Caldeira antecede-se a Humboldt, no prefigurar que o local que conquistava em nada se comparava com todo o Estado do Brasil (certamente o que êle Caldeira conhecia) o que vale dizer, lhe era surpreendentemente incomparável.

Caldeira tem a visão de que mister era trabalhar e apressadamente, para concluir o domínio do que conquistara, sôbre aquilo que conquistava: as populações indígenas.

Em nenhum lugar se tem lembrança, um militar melhor haja sido recebido e melhor trabalhado com o auxílio indígena, que no Pará, dos primeiros dias. Caldeira não confia porém na prestimosidade e amizade indígenas. Com pouco tempo já chama Fortaleza, o pequeno forte do Presépio. Multiplica as bases em que se deve estender seu domínio e vai afastando a pouco e pouco os índios, para longe do recinto fortificado. Tinha Caldeira revelado com sua decisão de construir uma cidade, aos índios, as duas faces dessa decisão: a colaboração indígena sem restrições, ou a liquidação indígena sem comiserações. E enquanto o elemento indígena permanecia na primeira atitude, Caldeira realizou sua formidável obra de internação, conquistando palmo a palmo o terreno dominado antes pelos Tupinambás. A história do Pará resume-se numa luta entre os índios e os conquistadores que lhes tomaram no decurso dos dois primeiros séculos após o descobrimento do Pará, gradual e constantemente a liberdade primitiva, reduzindo-

os à escravidão ou a semi-escravidão. Já não existe o intermediário, o padre, que conduz à uma paz prejudicial aos interêsses dos conquistadores, porque pacifica mas subtrai ao domínio colonizador leigo o índio. E' curioso constatar que o Norte, desde o Ceará é conquistado aos poucos e a intervenção do padre em pleno século XVII é quase mínima em comparação com a colonização que desde o sul se processa. Os arquivos paraenses falam-nos mesmo de uma tendência francamente anti-missionária dos conquistadores, concedendo só a muito custo que os padres entrassem no desempenho de sua generosa missão vigiados e tolhidos nos seus desígnios. E' no entanto como estudaremos ainda, formidável a ação missionária do catolicismo na conquista e civilização do grande Pará. Quando os Tupinambás compreenderam o intento de Caldeira reagiram. Era tarde. Já Belém está pronta a resistir, quando seria quase inacreditável, pela violência, Caldeira desembarcar com seu efetivo, como desembarcou, e fundar em paz a cidade e o local que marcava o fim da pré-civilização indígena. Nada menos de uma população de dez mil indígenas rodeava Belém, e seria fácil liquidar Caldeira e seus homens. Mas não tinha que ser assim. E' Caldeira que vai em ação fulminante e sistemática, destruir as malocas indígenas e dizimar impiedosamente milhares de homens de pele vermelha. Auxiliam-no nessa ação, cuja aparente odiosidade desaparece de uma feita que nos resignarmos ao **fatum** histórico e humano, Pedro Teixeira, Aires de Souza Chichorro, Pedro da Costa Favela, Bento Rodrigues de Oliveira, João Bitencourt Muniz e Antônio Arnau de Vilela. São tirânicos, impiedosos e cruéis êsses homens da conquista. O documentário falho dessa época, embora não esconda o pavor que semelhante ação anti-indígena produziu, é o massacre.

Em Caju, armam-se os índios; é uma autêntica reação contra os homens brancos que vinham negar-lhe o solo e outorgar se tanto, o direito à vida sob condições. Em Mur-

tigura, em Iguapé, no Guamá, no Tocantins, no Pacajá, soam as trompas de guerra. O índio desperta e quer vencer a sortida branca. Caldeira não vacila. Cumpre seus desígnios revelados desde o momento em que chega à nova terra: fortificar-se para enfrentar o indígena de cuja reação teria de esperar tudo. Se ela não se registrasse procuraria-a de todo jeito o conquistador. O sangue ainda é, porque sempre foi, o cimento da história das fundações humanas.

Destacam-se dos portuguêses que culminam no massacre dos índios, Diogo Botelho; só êle destrói a mando de Caldeira as aldeias de Caju e Murtigura, as fortificações indígenas no rio Guamá; Pedro Teixeira põe em sítio Guajará e termina a primeira fase dos massacres indígenas. Os descimentos, ordenados pela própria Côrte começam a ter história. A obra de Caldeira é continuada; contra as hordas dos Caboqueras, em 1644, Pedro Favela mobiliza homens e índios aliados para destruição destas autênticas nações indígenas. O fogo é a arma predileta, e onde lavra o incêndio ateado pelo conquistador, vai-se tangendo para mais longe sempre, o vermelho em desgraça. O Xingu é varado por Favela ainda. Os índios vorazes do Madeira são exterminados por João de Barros Guerra; apesar de um século ser decorrido, 1616-1719, os processos de extermínio são os mesmos. A carta régia de 19 de março de 1693, determina a competência da catequese indígena feita pelos padres, ficando os jesuítas com a margem meridional do Amazonas; os capuchos de S. Antônio com o sertão do cabo Norte setentrional do Amazonas; os frades da Piedade ficaram com o distrito de Gurupá, e com as aldeias vizinhas e margem setentrional do Amazonas, desde o rio Trombetas até o rio Negro, inclusive o rio Xingu.

Fim de Caldeira Castelo Branco

Caldeira em três anos dá à sua cidade, o aspecto que surpreende os que a visitam no ínterim que vai de 1616 a 1619. Tendo escolhido a parte mais proeminente da futura cidade de Belém, proeminência que não obstante a atual topografia, não consegue, antes releva, a qualquer um seu posterior cuidado de cercar o local onde vai deitar as bases de seu intento criador. E' no que hoje Belém oficial chama Praça Frei Caetano Brandão, mas que a alma do povo continua a apelidar de Largo da Sé, que nasce a futura capital do Pará. A luta que mantém Caldeira com os indígenas, sobretudo os Tupinambás que o sitiam, por assim dizer, fá-lo permanecer recluso nesta área. Mas está plantada a cidade. Uma casa para Deus, sob a proteção e invocação de N. S. das Graças, é construída dentro da fortificação. E nesse mesmo local, quando a cidade já esqueceu completamente seu grande fundador, ergue-se hoje, o orgulho da arte nacional inspirada e feita pelo espírito cristão do povo paraense : sua majestosa Catedral. Caldeira nos seus três anos mantém-se em permanente contacto com a Côrte — pedindo e clamando para que sua obra, a obra da colonização e da civilização se não perdesse.

Um militar substitui-o na comandância da Fortaleza e na direção da cidade. E' homem de Paulo Rocha e Tadeu dos Passos. E enquanto não chega a Belém, Bento Maciel Parente, é na mais abjecta condição, juntamente com seu sobrinho, que o fundador do Pará permanece. Revolta-se

Bento Maciel com o tratamento infligido ao fundador, militar e seu velho companheiro de conquista e aventura. E como tem ordem para embarcar para Lisboa, Caldeira e seu sobrinho, isso faz, mas dando ao fundador, um pouco de consideração que lhe negaram os inimigos. Caldeira viaja sem ferros.

Pode ver ainda, na melancolia de si para si, aquela proeminência que se lança sôbre os dois rios. Belém, recém-nascida, e aquela baía cheia de luz, de cambiantes verdes e barrentas, de ventos que sopram irritando-lhe as faces, constantemente.

Deixa o Guajará. Atravessa a barra. Seu destino daí por diante nos é ignoto. Nada nos diz dêle. E' bem possível que Francisco Caldeira de Castelo Branco nesse momento em que se afastava de sua criatura, Belém, a Feliz Lusitânia, pensasse naqueles que lhe impediam continuasse a dar-lhe tudo que sua mente generosa aspirava dar-lhe. Mas rápido. Um pequenino pensamento para quem levava todo cheio no coração, na mente, na órbita, sob a própria pele, a certeza de que ali, à sua frente, ficava a glória tôda que êle mortalmente poderia aspirar: a conquista da Amazônia e a fundação do Pará.

Belém hodierna, no seu destino de breve olhar como Buenos Aires, hoje, no estuário do Prata, o domínio do Amazonas, nada fêz com que se perpetuasse além mais do documentário histórico, a memória de seu formidável fundador. Deveria fazê-lo.

Francisco Caldeira de Castelo Branco precisa ser lembrado de modo efetivo, artístico e emotivo. Porque não se lançam desde já as bases da construção de um monumento que constitua o presente do atual à glória do passado na pessoa do fundador incrível do Pará ? De modo grandioso; de modo colossal. Para que não fique aquém a homenagem

dos paraenses àquele que por Belém só teve sonhos enormes, começando por colocá-la na proeminência máxima que avistava, até elevá-la a Deus, colocando-a sob a inspiração da Virgem Mãe dos Homens.

Elevem os estudantes paraenses na gama de suas aspirações sempre mais elevadas, sempre mais altaneiras, o nome do fundador do Pará, ao plano que a generosidade do presente e o amor da história, tudo exige para a glória daquele capitão valoroso, daquela psicologia estranha e ardorosa, daquele homem que com sua vida deu ao Pará algo de imenso como humano, algo de formidável como histórico.

Francisco Caldeira de Castelo Branco precisa ser restaurado no coração de seus legatários, os paraenses de hoje, brasileiros de sempre e para sempre idealistas, generosos, humanos e cônscios do amor que a todos inspira a história gloriosa de um passado que soube ser com afã e entusiasmo, enlêvo e obstinação, intransigentemente glorioso.

O PARÁ NA HISTÓRIA

FELIPE II da Espanha instruíra Gaspar de Souza, governador cuja administração no Brasil se prolonga de 1615 a 1617, em 8 de outubro de 1612, para que levasse a efeito a conquista de descobrimento das terras do rio Maranhão.

Começa a ter história assim, a região que os índios chamavam **gran pará,** com êste aviso real do monarca espanhol. É da expedição de Alexandre de Moura, que se origina a história do Pará na vida colonial. Com efeito, Alexandre de Moura, chegando ao Maranhão, resolveu parar, por estratégia ou cansaço, não se pode afirmar, embora se propenda para a primeira interpretação dada a necessidade de firmar um ponto de apoio para conseqüentes conquistas. E envia então o Capitão-Mór, Francisco Roso Caldeira de Castelo Branco, nomeado em novembro de 1615, pelo conquistador do Maranhão, o mesmo General Alexandre de Moura. Como de costume, Caldeira recebe um regimento onde pode encontrar tudo que lhe norteie os passos na árdua missão. Recebe êste regimento em 22 de dezembro dêsse ano, no forte de S. Felipe.

O Desastre de Japerica

A baía de Japerica situada em costas maranhenses, seria para o historiador do Pará o túmulo da história do extremo norte, na mais importante ou melhor, na tão sugestiva fase, qual a da fundação da nova porção conquistada ao continente que há um século atrás Cabral descobrira e incorporara ao patrimônio português. E por que ? Diz-nos o documento n. 177 da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, de 3 de outubro de 1726.

Aconteceu que, viajando o secretário de Estado da Capitania do Pará, para o Maranhão, foi a pique a canoa que o conduzia. Ora, secretário de Estado devia sempre que se locomovesse de seu pôsto, levar todo o Arquivo Público a seu cargo. Era o que fazia. Lá se foram para sempre os massos de ordens, as cartas e leis da metrópole. O que foi ter à praia estava quase inutilizado. Daí, não se saber, não se poder saber, da história do Pará, numa de suas tão importantes fases. Assim se refere a êste desastre Artur Viana apostilando o precitado documento :

"O desastre do naufrágio, pesar das providências do que trata o documento, teve para o arquivo do govêrno do Pará, deploráveis conseqüências. A pobreza da seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, em documentos do período de 1616 a 1700, encontra a sua causa na imprevidência com que o secretário José Duarte

Cardoso carregou para bordo as duplicatas das peças oficiais".

Bem cabe o nome de terra sem história, àquela que não possui os arquivos de sua fundação, das angústias dêste momento, o que precisaria de modo inabalável os fastos da história da terra paraense, na sua formação. O que se sabe da fundação do Pará até o desastre de Japerica é conseguido a custa de esforços titânicos, baseados em informações contemporâneas do que se passou naquele espaço de tempo.

Fundação de Belém

Há evidentemente na escolha topográfica em que Belém se situa, o típico, clássico e magnífico cuidado de conquistador audacioso e ambicioso de seu trabalho.

Belém está escondida, protegida da cobiça estrangeira; e também, estratègicamente colocada de modo a permitir sua defesa, no caso de uma agressão forasteira. Aqui ressurge com o caráter de autêntica certeza, o fato de que o navegador português sabia de onde poderia provir a eventualidade de um ataque à cidade fundada, o que de resto se pode observar em tôda a história da fundação da cidade por nossos heróicos e sábios colonizadores. Belém está por igual, e naquela época sobretudo, abrigada de um ataque que então só poderia vir do lado trilhado pelo conquistador português, ou pelo norte, via Antilhas. Daí, realmente, provieram todos os invasores estrangeiros no Pará nos tempos que se sucedem à sua fundação. O Amazonas era então corrente fechada e desconhecida pelo menos por parte dêsses invasores, em geral nórdicos, que jamais se atreveram aliás, ir além de Gurupá, se tanto. A fundação de Belém reveste-se da simplicidade que caracteriza as atividades de nossos colonizadores. Um marco, um fortim, a pacificação do índio, o ditado da soberania da metrópole, a defesa do litoral com o combate às vedetas corsárias, existentes acaso. Nisto consiste a fundação normal de uma cidade pelo colonizador português. Belém, segundo H. Coudreau, tal sua situação geográfica, só

comparável em vista e imponência à da cidade do Salvador, na Bahia, possuindo uma baía como a de Guajará, de surpreendente beleza, representaria no futuro o que Buenos Aires representa hoje para o sul continental americano.

"Na bacia do Prata, Buenos Aires, e a cidade do Amazonas, Belém, serão evidentemente dentro de um século as duas cidades preponderantes da América do Sul.
(H. Coudreau — "L'avenir de la capitale du Pará").

Está a escoar-se o prazo prefixado pelo viajante gaulês. Quem duvidaria da previsão do arguto viajante?

O Gran Pará e a Linha de Tordesilhas

Dois foram os motivos porque o **gran pará** teria de ficar pertencendo à unidade nacional brasileira. O primeiro e mais objetivo dêles é o espírito de conquista inabalável dos descobridores lusos, conscientes de que lhes pertencia tudo que fôsse prolongamento do núcleo de terra descoberto há um século. Tudo que fôsse distância para o sul ou para o norte, e para oeste, era português. O segundo motivo foi a reunião eventual das corôas lusa e espanhola, para contento e sofreamento de cujas cobiças foi criado o tratado de Tordesilhas, de 7 de junho de 1494. Esta reunião das corôas vai de 1580 a 1640, época justa em que o gênio colonizador luso traça os quadrantes todos da Pátria, com seu destemor de conquista e devassa vertical da terra de Santa Cruz Com efeito, fôsse observado o tratado de Tordesilhas nas suas preceituações tôdas, e teríamos, como escreveu o historiador Palma Muniz: **"Examinando sôbre o mapa do Brasil essas passagens dos meridianos, a primeira entrava nas proximidades da foz do rio Guarupi, avizinhando-se do meridiano da cidade de Santos, dando lugar à exclusão de todo o território do Pará e do Amazonas do domínio luso".**

A Conquista da Terra Brasileira

Nos trechos que vamos reproduzir está tôda a filosofia do direito da conquista, realizada pelos portuguêses, conquistadores de terras para a civilização, e não aproveitadores de situações, corsários e larápios no gênero dos que procuravam as costas da terra nova, inspirados pelo **animus** do tráfico, e não pelo da civilização e conquista mesmo.

"Senhor de Albuquerque.

O vosso atrevimento é incomparável, vindo acometer na minha pessoa ao maior monarca da cristandade com seu povo e reino, ao qual eu tomei posse com os meus companheiros há perto de três anos". La Ravardière.

"pois é de crer, que sendo o meu Rei, Imperador dêste novo mundo há mais de cento e doze anos, que não dará parte dêle a outro príncipe", resposta de Jerônimo de Albuquerque ao nobre francês de quem se não pode dizer, tivesse vindo ao Brasil para simples obra de pirataria, mas de um jeito e outro, sabendo que vinha se localizar em local demasiado sabido em todo o mundo de então, pertencente a Portugal.

Portugal não transige com os que lhe tentam conquistar o país descoberto por Cabral, através seus homens do mar, que muito embora servindo à junção de

corôas, permanecem sempre portuguêses e por Portugal. A história dos dois primeiros séculos é uma luta titânica entre a soberania portuguêsa, de constante posta em xeque, e a audácia dos invasores de todo o jeito e número .

Invasões Estrangeiras

A primeira notícia de que corsários estrangeiros perlustram a terra antes da fundação de Belém, dá-nos Andrés Pereira, historiador do célebre roteiro que levou Francisco Caldeira ao local da fundação de Belém. É mais que certo, a expedição de Caldeira, corolário da de Alexandre de Moura, fêz-se para impedir a audácia constante de prováveis vedetas que cortavam a bacia amazônica no seu intróito apenas. Veremos que até consideráveis esquadras estiveram após, na bacia amazônica, avisadas certamente pelo serviço dessas vedetas.

"pelo rio acima andava uns framengos, que ali tinham deixado outros para ter aprendido a língua e adquirido assim o gentio para seus tratos, e que também esperava por um irmão seu para povoarem naquela parte onde agora está nossa fortaleza e onde havia poucos dias se tinham ido três embarcações de framengos como ao depois confessou o mesmo framengo", escreve Andrés Pereira. A situação topográfica de Belém, pelo que se depreende dêste relato, era a mesma experimentada para pouso dos invasores arrivistas. O local da fortaleza é sugestivo, pois domina a baía, na confluência exata dos rios Pará e Guamá que circundam a cidade de Belém. A relação do Arcebispo de Lisboa ao governador Gaspar de Souza em 6 de setembro de 1616, alude provàvelmente aos mesmos estrangeiros achados em terra, que conta Andrés Pereira. Senão leiamos:

"E que entre êles (gentios) achou um holandês que tem consigo do qual soube e de outro francês como o deixara havia há dois anos para efeito de aprender a língua".

O intuito dos traficantes era exclusivamente o comércio. Não os inspirava a conquista de terreno para uma base donde se erigisse uma civilização. Mesmo que se queira atribuir aos portuguêses, apenas o egoísmo da posse das novas terras, sem preocupação alguma, ter e explorar sòzinhos o que nelas houvesse, manda o senso da avaliação histórica, que assim mesmo se dê aos portuguêses o título de magníficos e colonizadores, porque a êles devemos, os brasileiros de hoje, a unidade de uma Nação que tudo deve a sua origem e formação, no calor das descobertas coloniais.

Ditas estas palavras introitando-nos no estudo das invasões estrangeiras no Pará, claro que patenteado já ficou a passagem flagrante, antes mesmo dos portuguêses chegarem à região norte do país descoberto, de estrangeiros navegando o que os índios denominavam, numa admiração todo poderosa à massa de águas que ali se reuniam, **gran pará.**

A reproduzirmos Henrique Santa Rosa, **"Os Estados Gerais da Holanda, por sua vez autorizavam, em 1597, uma expedição para explorar a costa, desde o cabo norte até o Orenoco, como trabalhos primordiais de sua futura organização das Índias Ocidentais."**

Ora, isto faz supor algo descurado por nossos historiadores e que é o trato das sucessivas incursões realizadas no Brasil, pela Holanda, prenderem-se a um vasto plano. Veremos que durante mesmo a época de assédio ao nordeste, com as chamadas invasões holandêsas em Pernambuco e Bahia, vedetas holandêsas andaram pelo extremo norte, como que justificando a existência de um plano total de ocupação do Brasil, pelos "vikings" corsários da imperial Holanda comercial daquele tempo. Berredo é

claro neste raciocínio. Escreve êle: **"Tinha também notícias o governador Francisco Coelho, de que na bôca do grande rio das Amazonas bordejavam ainda algumas náus do Norte, que já favorecidas do novo domínio de Pernambuco, esperavam outras de Inglaterra, que conduziam a seu bordo quinhentos homens de desembarque com as idéias de se estabelecerem na disputada ilha dos Tucujus para a povoação do mesmo rio"**, etc. Escreve ainda: **"Neste tempo tinha chegado à cidade de São Luiz do Maranhão a melancólica notícia de que saindo do Recife e Pernambuco duas náus holandêsas, comandadas pelo sargento Guzman, casado com uma portuguêsa na povoação do Rio Grande, se pusera êle sôbre a fortaleza do "Siará"**. Começavam a subir os invasores. Mesmo depois da separação de Portugal do domínio espanhol, não desistiram os holandêses de permanecer na conquista do que fantasiavam apenas como hostilidade da Holanda ao poderio espanhol. E é assim que, perguntado por Bento Maciel, o holandês Cornelles, à frente de dezoito embarcações, num quase sítio do Maranhão, responde: **"que pelas ordens que levava do conde de Nassau, não podia já apartar-se daquela ilha, sem a resolução dos Estados Gerais"**. E como último indício comprovante de que os invasores do extremo norte obedeciam a um plano que os Estados Gerais, ditavam, veja-se que um dos fortes fundados em águas do Amazonas, tem o nome de Nassau. Palma Muniz escreve que antes de 1616, **"os inglêses e holandêses perlustraram o grande rio !"**

Surgem as figuras de Jan Moor, burgomestre de Flessingue, presidindo uma companhia incorporada para exploração de fundações no **gran pará**, e do rei Jacques I, da Inglaterra, dando as cartas patentes de 28 de agôsto de 1613, concedendo o território delimitado pelos rios Essequibo e Amazonas, a Johan Rovenson, Robert Harcourt e Thomas Challoner. O mesmo rei renova em 1.º de setembro de 1619, a concessão em favor de Harcourt, a quem em

3 de abril de 1626, fazia nova concessão especial na emprêsa de colonização no rio Amazonas, do qual era associado Roger North, concessão essa transferida em 19 de maio de 1627 ao duque de Bukingam, ao conde de Penbroke, e a seus associados, com o fim de colonizar o Guamá, inclusive o Rio Amazonas.

Façamos uma pausa. E' curioso constatar um fato que enche o vasto panorama desta época: os nobres são empreiteiros de vastas ações comerciais. Empreiteiros ou testas de ferro apenas dos negócios comerciais. Uma e outra cousa; acentua-se para os nobres a ausência do que faria triunfar a primeira fase da democracia no Ocidente: o dinheiro. Ruído o mundo fechado da economia feudal e usurária que engloba todo o panorama da ante-renascença, ficaram os nobres atirados à situação de governar as massas que começam a constituir o Estado, com a diferenciação da geografia política que então se acentua. Antes, um sistema tradicional ligava a nobreza a um ritmo de vida e trabalho popular, quase dir-se-ia, inter-ducal. De ducado para ducado, de principado a principado, o nobre de um lado, o trabalhador manual ou o agricultor a êle vinculado por tradição. Já agora a situação é diferente. E daí os nobres atiram-se a emprêsas como a que nos revelam os tempos americanos e brasileiros dêste século XVII, nas quais são interessados diretos na obtenção do ouro que lhes restaure os tesouros exaustos há muito, transformando-os em meros caudatários das casas reinantes. As massas populares incorporam-se ao Estado que nasce. O príncipe é um pretérito na filosofia política dêsse mundo. O Estado é o rei que começa. O príncipe que voltar da conquista é apenas — burguês que nasce. E' o que Spengler chama — **entstehung des dritten standes.**

Voltemos ao nosso assunto.

Classificamos as invasões estrangeiras no Pará em: invasões inglêsas e invasões holandêsas. Os inglêses esta-

beleceram-se na ilha dos Tucujus, fundando as feitorias de Tilletille e Uariminaca, no rio Cajari: compreende-se esta invasão entre 1621-23. Ergueram também fortificações na margem esquerda do Amazonas, entre os rios Matapi e Anauerapucu, a duas léguas da atual cidade de Macapá, e no Tórrego, próximo ao rio Marapucu.

Seguem-se os holandêses que logo depois levantaram os fortes de Mariocai, Maturei, Nassau e Orange, o primeiro no lugar em que está Gurupá, os dois últimos no baixo rio Xingu e o segundo nas proximidades da foz Paru, onde é hoje a cidade de Almerim. Constroem em 1625 o forte de Mandiutuba. Nicolas Oudem é o construtor. Isso na margem direita do Amazonas. Temos aí caracterizadas, duas invasões militares às quais responderão à altura os militares portuguêses. Bento Maciel Parente e Luiz Aranha de Vasconcelos arrasam as feitorias inglêsas do rio Cajari, bem como os fortes holandêses de Maturu, Nassau e Orange; conquistam Mariocai, onde deixam fundados o forte de Santo Antônio e a aldeia de Guarupá. O gabinete de Madri ordenara ao Capitão Luiz Aranha de Vasconcelos, sondasse o rio das Amazonas e reconhecesse todos os seus sítios, infestados por tôda uma plêiade de invasores europeus. Chegado a Belém, o capitão às ordens de Madri comunica-se com o capitão-mór da Capitania, Bento Maciel Parente. São concordes ambos em que o objetivo a alcançar na campanha libertadora, é avançar até Gurupá, daí irradiando para o norte e para o sul do rio-mar. O capitão Luiz Aranha segue sòzinho para Gurupá, sem incomodar ou ser incomodado. Mas breve chegam notícias a Belém de que está sitiado nessa cidade. Não perde tempo em agir, Bento Maciel Parente. Passa o cargo que ocupa de comandante da Fortaleza de Belém ao alferes Matias de Almeida. Acompanhado dos capitães de infantaria Pedro Teixeira, Aires de Souza Chichorro de Melo, vai com sessenta soldados e mil índios aprestados militarmente, auxiliar o

capitão Aranha. Em viagem encontra-se com o mesmo capitão que lhe relata não ter estado sitiado ou envolvido pelo inimigo, mas apenas reconhecido prudentemente, que os homens que levara, constituíam número insuficiente para lutar com os ocupantes, todos senhores das adjacências de Gurupá, e espalhados pelos afluentes outros do Amazonas. Reunem-se em conselho os recém-encontrados. Resolve-se o plano de combate seguinte : Luiz Aranha de Vasconcelos seguirá com sua gente pela margem boreal do Amazonas amparado pelo capitão Teixeira (Pedro) e Bento Maciel Parente, seguirá pela margem meridional, vendo todos os rios até Gurupá, onde se juntariam de novo os libertadores. Executam-se êstes movimentos distintos com igual fortuna, escreve Berredo. Nesse ínterim, encontravam-se ambos os capitães com o alferes Antônio de Amorim, chegado de Belém com tropas de índios adestrados. Estas fôrças sitiam a ilha dos Tucujus, defendida por inglêses, holandêses e francêses, supõe-se.

Dizia-se que uma nau socorro dos invasores estaria perto para auxiliá-los. Não perde tempo Bento Maciel; sai à procura, encontra-a ao raiar do dia seguinte, e ataca-a. O fogo consome a nau socorro. Salva-se apenas um rapazelho, que se lança à água. Volta Bento Maciel à Tucuju. Segue para Gurupá onde erige uma fortaleza num sítio de nome Mariocai, sob a invocação de Santo Antônio. Gurupá é um ponto estratégico que pode vedar a passagem do Amazonas. Comandavam os invasores os capitães Nicolau Hosdam e Felipe Porcel. E' um frade capucho, Frei Cristóvão de Lisboa quem denuncia os nomes dos audaciosos estrangeiros. Com a queda do norte de Mandiutuba, abandonaram-no por mar os dois capitães que são finalmente mortos em combate por Pedro Teixeira, dias depois. O mesmo capitão faz o serviço de observação pelas imediações, onde vários estrangeiros estagiam. Não encontra; volta ao forte que destrói, rendido com mercê de vidas e "arrasa-o até os

cimentos", escreve Baena. Cabe ao capitão de infantaria Jerônimo de Albuquerque, estagiar na nova fortaleza, com cincoenta soldados, podendo-se afirmar que data dêste momento a conquista solene da bôca do colossal Amazonas, que tempos depois num arranco digno de um bandeirante, Pedro Teixeira devassaria de modo inconfundível. Fala Berredo em que Bento Maciel Parente e Luiz Aranha de Vasconcelos, disputavam-se a glória do título de conquistadores do rio-mar e de seu grande e histórico acidente geográfico : Gurupá.

Um sentido histórico atual, sem desconhecer a glória e o afã de ambos, entregaria apenas aos homens portuguêses daquele século, o título de conquistadores e mantenedores da obra de Cabral.

Vamos conhecer agora a terceira invasão holandêsa em águas do **gran pará,** idênticamente caracterizada pela reação portuguêsa repelindo o invasor, tal como vimos até agora, seguindo êste critério. E' ainda no ano de 1625 que Pedro Teixeira reduz a escombros o forte de Mandiutuba. Em 1627, destrói o forte de Tórrego, também chamado Tauerge. Em 1631, Jácome Raimundo de Noronha, destrói um forte inglês situado entre os fortes de Matapí e Anauerapucu. Cai em 1632, o forte de Cumahu, o último reduto inglês. Comanda a conquista, Feliciano Coelho de Carvalho. O comandante Roger Fray, ausente do forte no momento do assalto, que se registrou no dia 9 de julho de 1642, teve seu navio abordado pelo capitão Aires de Souza Chichorro, enviado em seu encalço. Em 1639 registra-se o última tentativa holandêsa no extremo norte. Relata-a assim o historiador Berredo — **"Porém os holandêses que se não podiam ainda apartar daquelas visinhanças, ambiciosamente saudosos das utilidades que tiveram delas nos anos passados com as feitorias das suas drogas, intentaram de novo perturbá-lo; e querendo tentar a fortuna no exame dos ânimos dos nossos índios, em outro tempo seus aliados**

subiam até perto da Fortaleza de Gurupá com um patacho armado em guerra muito bem fornecido de todos os gêneros". O resultado foi o de sempre : o comandante da Fortaleza, João Pereira de Caceres, usando as fôrças que tinha, perseguiu o patacho. Palma Muniz escreve : **"A companhia holandêsa das índias ocidentais tentou ainda um novo esfôrço, enviando em 1639 poderoso navio que chegou a atingir as águas de Gurupá, onde o capitão João Pereira de Caceres o abordou e tomou".**

Em 1640, no ano mesmo que Portugal recuperava sua liberdade, as terras do **gran pará** estão livres dos invasores traficantes.

Começa a ação civilizadora de Portugal, a estender-se em todos os sentidos na terra nova. Mas não pára aí Pedro Teixeira: o bandeirante do rio Amazonas, vai conquistar para Portugal o oeste brasileiro.

AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - Lei nº 9.610/98). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura

CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA